Docusign Envelope ID: 1E084EAA-A691-8377-80B5-9E68F72FD090

DELBONI MEDICINA DIAGNÓSTICA S.A.

CNPJ/MF nº 45.796.554/0001-85

Relatório da Diretoria

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas., o balanço encerrado em 31 de dezembro de 2025 e demais demonstrações legais. Colocamo-nos a inteira disposição para os esclarecimentos julgados necessários.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	2025	2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	80.486	22.886
Contas a receber de clientes	6	86.471	70.904
Estoques	7	8.445	14.597
Tributos a recuperar	8	25.398	26.915
Outros créditos		3.981	2.742
Total do ativo circulante		**204.781**	**138.044**
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber de clientes	6	17	32
Depósitos judiciais	16	-	1.648
Tributos diferidos	18	18.246	16.172
Tributos a recuperar	8	426	62
Outros créditos		6	607
Imobilizado	9	69.335	79.069
Direito de uso	10	91.049	87.234
Intangível		732	1.171
Total do ativo não circulante		**179.811**	**185.995**
Total do ativo		**384.592**	**324.039**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2025	2024
Passivo circulante			
Fornecedores	11	25.695	23.724
Tributos a recolher	12	4.225	2.890
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	100
Obrigações sociais e trabalhistas	13	11.996	11.186
Passivos de arrendamentos	10	28.632	13.763
Partes relacionadas	14	141.704	143.760
Dividendos e juros sobre o capital próprio	17	23.026	-
Outras contas a pagar e provisões	15	11.081	8.440
Total do passivo circulante		**246.359**	**203.863**
Passivo não circulante			
Provisões para causas judiciais	16	3.962	1.496
Outras contas a pagar e provisões	15	331	95
Passivos de arrendamentos	10	69.741	78.952
Total do passivo não circulante		**74.034**	**80.543**
Patrimônio líquido	17		
Capital social		39.633	130.213
Prejuízos acumulados		-	(90.580)
Reservas de lucros		24.566	-
Total do patrimônio líquido		**64.199**	**39.633**
Total do passivo e patrimônio líquido		**384.592**	**324.039**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	2025	2024
Receita líquida de prestação de serviços	19	324.753	260.561
Custo dos serviços prestados	20	(242.319)	(253.586)
Lucro bruto		**82.434**	**6.975**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	20	(14.887)	(19.875)
Outras despesas operacionais, líquidas	21	(794)	(13.244)
Lucro (prejuízo) operacional		**66.753**	**(26.144)**
Receitas financeiras	22	5.772	3.183
Despesas financeiras	22	(12.738)	(11.176)
Resultado financeiro, líquido		**(6.966)**	**(7.993)**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		**59.787**	**(34.137)**
Imposto de renda e contribuição social - diferido	18	2.074	2.288
Imposto de renda e contribuição social - corrente		(11.810)	-
Lucro (prejuízo) do exercício		**50.051**	**(31.849)**
Em Reais		0,22	(0,14)
Quantidade de ações (em milhares)		227.092	227.092

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**130.213**	**-**	**-**	**(58.731)**	**71.482**
Prejuízo do exercício		-	-	-	(31.849)	(31.849)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**130.213**	**-**	**-**	**(90.580)**	**39.633**
Absorção de prejuízo com redução de capital	17	(90.580)	-	-	90.580	-
Juros sobre o capital próprio - exercícios anteriores	17	-	-	(13.598)	-	(13.598)
Lucro líquido do exercício	17	-	-	-	50.051	50.051
Destinação do resultado do exercício:						
Reserva legal	17	-	2.503	-	(2.503)	-
Reserva de retenção de lucros	17	-	-	35.661	(35.661)	-
Juros sobre capital próprio	17	-	-	-	(2.794)	(2.794)
Dividendos propostos	17	-	-	-	(9.093)	(9.093)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**39.633**	**2.503**	**22.063**	**-**	**64.199**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro (prejuízo) do exercício	**50.051**	**(31.849)**
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**50.051**	**(31.849)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		59.787	(34.137)
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	20	27.139	30.208
Provisões para causas judiciais	16	4.748	2.202
Baixa residual de ativo imobilizado e direito de uso	9/10	(68)	165
Perdas esperadas por crédito de liquidação duvidosa	6	(1.926)	(226)
Provisão para perda de estoques	7	(211)	(107)
Juros sobre arrendamentos	10	9.993	9.145
Variação nos ativos e passivos operacionais			
Ativos			
Contas a receber de clientes	6	(13.626)	(13.232)
Estoques	7	6.363	1.947
Outros ativos circulantes		278	1.139
Outros ativos não circulantes		1.885	601
Passivos			
Fornecedores	11	1.971	(2.079)
Contas a pagar e provisões		(5.335)	30.097
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**90.998**	**25.723**
Juros pagos sobre arrendamento	10	(9.993)	(9.145)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(8.350)	-
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		**72.655**	**16.578**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Adições ao imobilizado	9	(5.842)	(11.488)
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos		**(5.842)**	**(11.488)**
Fluxos de caixa de atividades de financiamentos			
Pagamento de arrendamento	10	(9.213)	(9.628)
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos		**(9.213)**	**(9.628)**
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa		**57.600**	**(4.538)**
No início do exercício	5	22.886	27.424
No fim do exercício	5	80.486	22.886
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa		**57.600**	**(4.538)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Delboni Medicina Diagnóstica S.A. ("Delboni" ou "Companhia"), nova razão social do Salomão e Zoppi Serviços Médicos e Participações S.A. a partir de 1 de dezembro de 2025, é uma sociedade por ações de capital fechado localizada na cidade de São Paulo - SP. A Companhia tem como objeto social a prestação de serviços laboratoriais, médico hospitalares e ambulatoriais, nas especialidades de (i) anatomia patológica e patologia clínica, (ii) imagenologia, (iii) citopatologia, (iv) procedimentos cirúrgicos e endoscópicos, (v) serviços de laboratório (vi) realização de estudos e pesquisas, além de participações em outras Companhias, sob qualquer título, serviços combinados de escritório e apoio administrativo, realização de consultas médicas; e realização de prestação de serviços laserterapia e cirurgias por ondas de rádio de alta frequência. O controlador da Companhia é a Diagnósticos da América S.A. ("DASA") sociedade por ações de capital aberto registrada no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sob o código de negociação DASA3, com sede em Barueri/SP, com 100% de participação.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 29 de abril de 2026.

3. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas e premissas e a Administração da Companhia utilizou julgamentos no processo de aplicação das políticas contábeis e nos valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias, sendo que os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As revisões dessas estimativas são reconhecidas prospectivamente nas demonstrações financeiras. As áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas e críticas para as demonstrações financeiras, referem-se a: i) análise das perdas esperadas por crédito de liquidação duvidosa do contas a receber (nota explicativa nº 6) e contraprestação variável no reconhecimento da receita (notas explicativas nº 6 e 19); ii) vida útil do ativo imobilizado (nota explicativa nº 9); iii) vida útil dos ativos intangíveis e teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis; iv) taxas de desconto e de inflação projetada para os contratos de arrendamento (nota explicativa nº 10); v) reconhecimento e mensuração de provisão para demandas fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis (nota explicativa nº 16); e vi) reconhecimento de ativos fiscais diferidos (nota explicativa nº 18). As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data-base das demonstrações financeiras para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Uma perda no valor recuperável é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado e reconhecido. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas nas notas explicativas dos respectivos assuntos. **3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES

Alterações de normas que estão em vigor em 31 de dezembro de 2025: As seguintes normas foram emitidas pelo IASB e CPC e não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em coligada, em Controlada e empreendimento controlado em conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método da equivalência patrimonial; • Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis. **Alterações de normas que ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2025:** A seguinte norma foi emitida pelo IASB e CPC e deverá ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • IFRS 18/CPC 51: Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras: estabelece novos requisitos para apresentação da demonstração do resultado do exercício, classificando as receitas e despesas em: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas. A Companhia deve aplicar a norma para períodos de relatório anuais iniciados em 1º de janeiro de 2027. A norma exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas. Os impactos da adoção da norma ainda estão sendo avaliados pela Administração. As seguintes normas foram emitidas pelo IASB e não deverão ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Alterações aos IFRS 7 e 9 - Instrumentos Financeiros; • IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública: Divulgação.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Os equivalentes de caixa estão representados, substancialmente, por recursos aplicados no Brasil, em títulos privados de instituições financeiras vinculados à taxa de juros dos Depósitos Interbancários ("DI") e operações compromissadas.

	2025	2024
Caixa e bancos	1.640	3.671
Aplicações financeiras (a)	78.846	19.215
	80.486	**22.886**

(a) As aplicações financeiras referem-se a investimentos em renda fixa de liquidez imediata, remuneradas a taxa do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), com rendimento médio em 2025 de 98,9% do CDI (95,8% em 31 de dezembro de 2024).

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços nas atividades operacionais da Companhia, reconhecidas na competência da prestação de serviço pelo seu valor histórico da transação, deduzido das perdas estimadas de inadimplência e glosa. Para a análise de recuperabilidade do contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem de cálculo com base nas perdas de crédito esperadas a cada data-base das demonstrações financeiras. A Companhia utiliza uma metodologia para captura de deterioração da recuperabilidade do contas a receber que considera o histórico de recebimento e de perdas, sendo reconhecida provisão de glosas, em casos de recebimento parcial do contas a receber, e provisão para perdas esperadas por crédito de liquidação duvidosa ("PECLD") em casos de inadimplência total. Uma vez identificado risco de deterioração do saldo, é feito o provisionamento, conforme métricas definidas no estudo.

	2025	2024
Convênios	52.153	46.612
Pacientes particulares	10.519	1.544
Convênios a faturar (a)	14.723	15.978
	77.395	**64.134**
Contas a receber - Intercompanhia	13.896	9.679
Provisões para créditos de liquidação duvidosa e glosa	(4.803)	(2.877)
Total contas a receber de clientes, líquido	**86.488**	**70.936**
Circulante	86.471	70.904
Não circulante	17	32

(a) A rubrica "Convênios a faturar" refere-se a serviços prestados e não faturados no final do ano às operadoras de saúde. Esse valor é reconhecido líquido do efeito esperado de créditos e perdas de glosas reconhecidas com base no preço estimado da transação considerando contraprestação variável, incluindo glosas. As contas a receber por vencimento apresentam-se da seguinte maneira:

	2025	2024
A vencer:	37.537	39.837
Vencidos:		
Até 30 dias	21.787	3.397
De 31 até 90 dias	2.992	4.083
De 91 até 120 dias	3.430	685
De 121 até 180 dias	5.570	1.446
Acima de 181 dias	5.252	8.387
	76.568	**57.835**

Movimentação da perda esperada de crédito de clientes

	2025	2024
Saldo inicial	**(2.877)**	**(3.307)**
(+) novas provisões constituídas	(3.157)	(2.858)
(-) reversões de provisões	1.231	3.288
Saldo em 31 de dezembro	**(4.803)**	**(2.877)**

7. ESTOQUES

Os estoques referem-se substancialmente à itens de materiais clínicos, hospitalares, medicamentos, vacinas e materiais de consumo utilizados na realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem e no atendido de pacientes nos hospitais. Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio ponderado. Os suprimentos farmacêuticos, clínicos e médicos têm uma data de validade atribuída pelo fabricante. A data de validade é estabelecida com base nos resultados dos testes de estabilidade obtidos na embalagem primária e na embalagem secundária. Todos os itens vencidos são baixados.

	2025	2024
Materiais de coleta e reagentes	8.782	14.723
Provisão para perda de estoques	(337)	(126)
	8.445	**14.597**

8. TRIBUTOS A RECUPERAR E A COMPENSAR

	2025	2024
IRPJ/CSSL (a) a recuperar	24.961	23.849
PIS e COFINS (b) - retenções na fonte sobre faturamento	426	2.714
ISS (c) - a recuperar	110	110
INSS (d) a recuperar	327	304
	25.824	**26.977**
Circulante	**25.398**	**26.915**
Não circulante	**426**	**62**

(a) IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica e CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. (b) PIS - Programa de Integração Social e COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social. (c) ISS - Imposto Sobre Serviços. (d) INSS - Instituto Nacional do Seguro Social.

9. IMOBILIZADO

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo os gastos diretamente atribuíveis à sua aquisição, deduzido de depreciação acumulada e, se aplicável, perda por redução ao valor recuperável. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando ocorre benefícios econômicos futuros associados com os gastos, sendo baixado o valor contábil de itens ou peças substituídas. Todos os outros reparos e manutenções são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação é reconhecida pelo método linear baseado na vida útil estimada dos bens, reconhecida na demonstração de resultados nas rubricas despesas gerais e administrativas e custos de serviços prestados, alocadas conforme a utilização fim de cada ativo. Anualmente são revisados os métodos de depreciação, os valores residuais e as vidas úteis, sendo ajustados se for necessário. As vidas úteis estimadas estão divulgadas nas tabelas abaixo e os custos e as despesas com depreciação estão apresentados na nota explicativa nº 22. Os ganhos e as perdas de alienações são apurados pela diferença entre o valor de venda e o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado na rubrica outras despesas e receitas, líquidas. A composição e a movimentação do imobilizado é apresentada a seguir:

Custo	Vida útil (anos)	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2025
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	76.538	-	-	-	76.538
Aparelhos e equipamentos	10	107.155	-	-	2.218	109.373
Móveis e utensílios	10	7.188	-	(2)	-	7.186
Instalações	10	7.075	-	-	-	7.075
Equipamentos de informática	5	13.746	-	(22)	-	13.724
Imobilizações em andamentos		2.146	5.842	-	(2.218)	5.770
(-) Provisão para perda com ativo imobilizado		(173)	-	-	-	(173)
		213.675	**5.842**	**(24)**	**-**	**219.493**

Depreciação	Vida útil (anos)	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2025
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(49.836)	(5.506)	-	-	(55.342)
Aparelhos e equipamentos		(64.914)	(8.520)	-	-	(73.434)
Móveis e utensílios		(5.080)	(587)	2	-	(5.665)
Instalações		(2.266)	(503)	-	-	(2.769)
Equipamentos de informática		(12.510)	(458)	20	-	(12.948)
		(134.606)	**(15.574)**	**22**	**-**	**(150.158)**
Imobilizado líquido		**79.069**	**(9.732)**	**(2)**	**-**	**69.335**

Custo	Vida útil (anos)	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2024
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	75.025	1.513	-	-	76.538
Aparelhos e equipamentos	10	98.569	8.618	(32)	-	107.155
Móveis e utensílios	10	7.202	-	(14)	-	7.188
Instalações	10	7.075	-	-	-	7.075
Equipamentos de informática	5	13.989	-	(243)	-	13.746
Imobilizações em andamentos		789	1.357	-	-	2.146
(-) Provisão para perda com ativo imobilizado		(173)	-	-	-	(173)
		202.476	**11.488**	**(289)**	**-**	**213.675**
Depreciação						
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(43.027)	(6.812)	3	-	(49.836)
Aparelhos e equipamentos		(55.543)	(9.402)	31	-	(64.914)
Móveis e utensílios		(4.598)	(495)	13	-	(5.080)
Instalações		(1.561)	(705)	-	-	(2.266)
Equipamentos de informática		(12.172)	(581)	243	-	(12.510)
		(116.901)	**(17.995)**	**290**	**-**	**(134.606)**
Imobilizado líquido		**85.575**	**(6.507)**	**1**	**-**	**79.069**

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração concluiu que não há indicadores sobre perda de valor recuperável dos ativos imobilizados, que ocasionem a necessidade de provisão aos saldos que se encontram registrados nas demonstrações financeiras.

10. ATIVOS DE DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTOS

Um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento são reconhecidos quando um contrato de arrendamento transfere o direito de controle do uso de um ativo por um determinado período em troca de contraprestação. No início do contrato, é mensurado o valor presente do fluxo de caixa das contraprestações futuras do contrato, sendo o ativo e o passivo reconhecidos pelo mesmo montante. A amortização do ativo de direito de uso é reconhecida no resultado ao longo da vigência estimada do contrato e o passivo de arrendamento é acrescido de juros, líquido dos pagamentos. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva. A remensuração do ativo e do passivo com base no índice de reajuste contratual é reconhecida no balanço patrimonial, não tendo efeito no resultado. Em caso de cancelamento do contrato, o ativo e respectivo passivo são baixados para o resultado na rubrica outras despesas e receitas, líquidas, considerando, se aplicável, as sanções previstas no contrato. A Companhia possui operações de arrendamento de imóveis, tais como: armazéns, escritórios administrativos, hospitais e núcleos técnicos operacionais. O prazo dos contratos varia entre 5 e 10 anos e são negociados individualmente. A movimentação dos ativos de direito de uso é como segue:

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixa	Remensuração (b)	Amortização	Saldo em 31/12/2025
Imóveis	87.118	-	(278)	14.306	(10.704)	90.442
Máquinas e equipamentos	-	597	-	-	(233)	364
Equipamentos informática	116	9	-	(77)	(43)	5
Veículos	-	384	-	-	(146)	238
	87.234	**990**	**(278)**	**14.229**	**(11.126)**	**91.049**

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixa	Remensuração (b)	Amortização	Saldo em 31/12/2024
Imóveis	95.045	-	(166)	3.794	(11.555)	87.118
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-
Equipamentos informática	-	143	-	5	(32)	116
Veículos	-	-	-	-	-	-
	95.045	**143**	**(166)**	**3.799**	**(11.587)**	**87.234**

Passivo de arrendamento	
Saldo em 31/12/2023	**98.401**
Adições	143
Juros incorridos (a)	9.145
Juros pagos	(9.145)
Pagamentos do principal	(9.628)
Remensuração (b)	3.799
Saldo em 31/12/2024	**92.715**
Adições	990
Baixa	(348)
Juros incorridos (a)	9.993
Juros pagos	(9.993)
Pagamentos do principal	(9.213)
Remensuração (b)	14.229
Saldo em 31/12/2025	**98.373**
Circulante	28.632
Não circulante	69.741

(a) Os juros são contabilizados no resultado na rubrica de despesas financeiras. (b) A remensuração é originada por alterações nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de reajustes nos valores mensais por índice de inflação de cada contrato e/ou seu prazo de vigência. Para o cálculo de contratos de arrendamento é utilizada a taxa de desconto, considerando a média de captação de recursos no mercado, conforme demonstrada abaixo:

Prazo dos contratos	Taxa
2 anos	13,95%
5 anos	13,81%
10 anos	10,15%
Média	**12,89%**

Os vencimentos das parcelas não circulantes estão demonstrados abaixo:

	2025	2024
de 1 a 2 anos	5.579	8.377
de 2 a 3 anos	17.435	1.977
mais de 4 anos	46.727	68.597
	69.741	**78.951**

11. FORNECEDORES

	2025	2024
Fornecedores de mercadorias	10.391	11.194
Fornecedores de serviços	15.304	12.530
	25.695	**23.724**

A Companhia não possui transações de risco sacado.

12. TRIBUTOS A RECOLHER

	2025	2024
IRRF a recolher	2.002	344
ISS a recolher	1.333	912
PIS COFINS a recolher	-	1.002
INSS a recolher	890	590
Outros tributos a recolher	-	42
	4.225	**2.890**

13. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Refere-se às obrigações trabalhistas, seus respectivos encargos e benefícios de curto prazo a empregados e são reconhecidas como despesas conforme o serviço é prestado, alocado como custo ou despesa em função da atividade do empregado.

	2025	2024
Salários a pagar	2.748	2.671
Encargos sociais a pagar	1.906	2.070
Provisão para participação nos lucros e resultados e bônus	2.742	1.592
Provisão para férias e encargos sociais	3.903	3.703
Outros encargos sociais	697	1.150
	11.996	**11.186**

A Companhia não concede benefícios pós-emprego dos tipos Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), previdência do tipo benefício definido e/ou qualquer plano de aposentadoria ou assistência pós emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo.

14. PARTES RELACIONADAS

	2025	2024
Diagnósticos da América S.A. (a)	141.704	143.760
	141.704	**143.760**

(a) O Grupo DASA implementou um processo de repasse de despesas corporativas, da Controladora para as controladas. Esses repasses envolvem despesas que a controladora, inicialmente, assume e compartilha entre as controladas por processo de um rateio.

15. OUTRAS CONTAS A PAGAR E PROVISÕES

	2025	2024
Provisão de honorários médicos	874	852
Demais contas a pagar e provisões	7.237	7.683
Adiantamento de clientes	3.300	-
	11.412	**8.535**
Circulante	11.081	8.440
Não circulante	331	95

16. PROVISÕES PARA CAUSAS JUDICIAIS

A Companhia **é** parte em diversos processos judiciais em aberto na data-base das demonstrações financeiras. O procedimento utilizado pela Administração para cálculo das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico. As principais incertezas referem-se à probabilidade e magnitude das saídas de recursos de caixa. **a) Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis e depósitos judiciais:** Para as questões fiscais, previdenciárias e cíveis, a provisão é constituída para 100% dos processos cujo prognóstico é avaliado pelos seus assessores jurídicos como possibilidade de perda provável (chances de perda maior que 50%). Em bases periódicas, a Administração revisa as causas judiciais conhecidas, avalia as prováveis perdas e ajusta a respectiva provisão considerando a avaliação de seus assessores legais e demais dados disponíveis nas datas de encerramento dos exercícios, tais como natureza dos processos e experiência histórica. Para cobertura das perdas consideradas como prováveis, foram constituídas provisões nos montantes indicados a seguir:

	2025 Provisão	2025 Depósito judicial	2024 Provisão	2024 Depósito judicial
Trabalhistas	39	-	869	13
Cíveis	865	-	627	-
Tributárias	3.058	-	-	1.635
	3.962	**-**	**1.496**	**1.648**

A Companhia considera que a provisão para riscos em processos trabalhistas e cíveis é suficiente para cobrir as perdas esperadas. As movimentações na provisão para causas judiciais estão apresentadas a seguir:

	Saldo em 31/12/2024	Adições/Reversões	Pagamentos	Atualização	Saldo em 31/12/2025
Trabalhistas	869	1.095	(1.846)	(79)	39
Cíveis	627	48	(436)	626	865
Tributárias	-	3.009	-	49	3.058
	1.496	**4.152**	**(2.282)**	**596**	**3.962**

	Saldo em 31/12/2023	Adições/Reversões	Pagamentos	Atualização	Saldo em 31/12/2024
Trabalhistas	2.521	950	(3.253)	651	869
Cíveis	43	791	(17)	(190)	627
	2.564	**1.741**	**(3.270)**	**461**	**1.496**

A Companhia considera que a provisão para riscos em processos trabalhistas e cíveis é suficiente para cobrir as perdas esperadas. **b) Processos classificados com risco de perda possível:** A Companhia também é parte em demandas cujo prognóstico de perda é avaliado pelos assessores jurídicos como possível (chances de perda maior que 25% e menor ou igual a 50%) e, com base nesta avaliação, não há provisão constituída nas demonstrações financeiras. Na esfera cível, a Companhia possui processos classificados como perda possível que totalizam R$ 2.492 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 139 em 2024) relacionados a processos nos quais de discute responsabilidade civil, com pedido de indenização de danos morais e materiais decorrente do suposto erro médico ou falha no procedimento, além de ações imobiliárias, ofícios do PROCON e outros. Os processos trabalhistas classificados como perda possível totalizam R$ 10.090 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 2.729 em 2024) e referem-se a reclamações trabalhistas de ex-empregados da Companhia. No âmbito tributário, a Companhia possui processos classificados como perda possível que totalizam R$ 2.661 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 1.631 em 2024).

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 39.633 (R$ 130.213 em 31 de dezembro de 2024), representado por 227.092.275 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 29 de dezembro de 2025 foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, nos termos do art. 173, caput, da Lei das S.A., redução do capital social de R$ 90.580, sem o cancelamento de ações, mediante a absorção de prejuízos acumulados, com base no saldo da conta de prejuízos acumulados. **b) Destinação do resultado do exercício:** De acordo com o estatuto social da Companhia, o lucro líquido do exercício tem a seguinte destinação: (i) 5% para a constituição da reserva legal, até atingir 20% do capital social subscrito; e (ii) no mínimo de 25% do saldo remanescente ajustado na forma do art. 202 da Lei 6.404/76, para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios.

	31/12/2025
Lucro líquido do exercício	50.051
Reserva legal (5%)	(2.503)
Juros sobre capital próprio	(2.794)
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	(9.093)
Reserva de lucros	(35.661)

c) Juros sobre o capital próprio adicional: Em 29 de dezembro de 2025 foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, declaração de juros sobre capital próprio em favor da acionista da Companhia, no montante bruto de R$ 4.918 apurados com relação ao período de janeiro a dezembro de 2024 e R$ 8.680 apurados com relação ao período de janeiro a dezembro de 2023, sendo descontado o percentual de 15% (quinze por cento), retido pela Companhia a título de imposto de renda retido na fonte, na forma da legislação aplicável.

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O IRPJ e CSLL são calculados com base nas alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, conforme definido pela legislação vigente. Ambos os tributos são apurados com base no lucro tributável, isto é, resultado do exercício ajustado por meio de adições e exclusões fiscais. As provisões para IRPJ e CSLL obedecem ao regime de competência e são reconhecidos em contrapartida à demonstração do resultado, exceto quando estiverem relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, que são reconhecidos no respectivo grupo de contas. Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal e seu respectivo valor contábil. Para fins de divulgação o ativo fiscal diferido foi compensado contra o passivo fiscal diferido da mesma entidade tributável e da mesma autoridade tributária.

	2025	2024
Provisão para provisões judiciais	1.347	509
Provisão para obsolescência	115	43
Provisão para fornecedores	2.273	2.589
Provisão para perdas e glosa	1.633	979
Arrendamentos - CPC 06	1.481	914
Provisão para horas extras	1.149	298
Outros diferidos	10.248	10.840
Total do imposto diferido	**18.246**	**16.172**

Em atendimento ao IFRIC23/ICPC22 ("Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre a Renda"), a Administração, com apoio de assessores externos, avalia, periodicamente, se as posições assumidas em relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável requer interpretações, estão adequadas. Quando apropriado, são constituídas provisões com base em valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. Para o exercício findo, o tratamento fiscal adotado pela Companhia está adequado, isto é, com chances de êxito maior que a chance de não êxito da causa. Conforme o CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o lucro, a Companhia baseia-se na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para reconhecer ativos e passivos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A conciliação da despesa de IRPJ e CSLL e respectiva alíquota efetiva desses tributos é demonstrada a seguir:

	2025	2024
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	59.787	(34.137)
Alíquota fiscal oficial - %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:		
Pela alíquota fiscal oficial	(20.328)	11.607
Exclusões (adições) permanentes		
Juros sobre o capital próprio	5.573	-
Despesas indedutíveis	(35)	(28)
Prejuízo fiscal e base negativa - diferido não constituído	5.066	(9.291)
Outras diferenças permanentes	(12)	-
IRPJ e CSLL na demonstração do resultado	**(9.736)**	**2.288**
Correntes	(11.810)	-
Diferidos	2.074	2.288
Total	**(9.736)**	**2.288**
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL	**16,3%**	**6,7%**

Reforma tributária sobre o consumo: O Congresso Nacional promulgou, em 20 de dezembro de 2023, a Emenda Constitucional (EC) nº 132, que trata da reforma tributária ("Reforma Tributária") sobre o consumo. Em linhas gerais, o novo modelo tributário substituirá os atuais tributos sobre consumo (PIS, COFINS, ISS e ICMS) por dois tributos: Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Além disso, haverá um novo tributo sobre bens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, denominado Imposto Seletivo (IS), que substituirá o IPI. Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar 214/25, resultado da conversão do Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/24, que regulamenta aspectos importantes da Reforma Tributária, tais como: campo de incidência e não incidência, créditos tributários, setores com tratamentos específicos, operações com redução de alíquota, entre outros, sem definir ainda a alíquota nominal dos novos tributos. Em relação ao setor de saúde, destaca-se como ponto positivo a redução de 60% na alíquota nominal dos serviços e de 60% ou 100% em diversos medicamentos e insumos. Ao final do ano de 2025, foram publicadas notas técnicas da Receita Federal e do Comitê Gestor com instruções sobre os novos *layouts* de documentos fiscais, com validade a partir de janeiro de 2026. Outros aspectos relevantes da Reforma Tributária foram objeto de regulamentação ao longo de 2025, permanecendo pendentes definições adicionais que deverão ocorrer em 2026, dado que de 2026 a 2032 as empresas lidarão com um período de transição com existência de dois regimes tributários sobre consumo: antigo (PIS, COFINS, ISS, ICMS e IPI) e novo (IBS, CBS e IS). Os impactos da Reforma Tributária serão plenamente conhecidos apenas quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes. Portanto, não há qualquer efeito a ser reconhecido nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas operacionais da Companhia correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou a receber pela prestação de serviços provenientes das atividades hospitalares, líquida de impostos relacionados e contraprestações variáveis, como descontos comerciais e glosas. Os contratos com as operadoras de planos de saúde incluem contraprestação variável e, portanto, a Companhia estima a receita correspondente considerando preços contratuais e glosas históricas. Para informações sobre a PECLD e glosas, vide nota explicativa nº 6. Os contratos celebrados entre da Companhia e seus clientes têm substância comercial, uma vez que são aprovados pelas partes e geram direitos para cada uma delas, bem como as condições de pagamento identificadas. Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais, incluindo a composição por tipos de contrato de clientes, e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	2025	2024
Receita bruta		
Receita bruta	352.362	283.195
Deduções		
Tributos	(19.713)	(15.781)
Descontos incondicionais	(5.472)	(2.044)
Perdas por glosas e inadimplência	(2.424)	(4.809)
	324.753	**260.561**

20. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	2025	2024
Gastos com pessoal	(55.452)	(57.015)
Custo com material	(71.379)	(65.691)
Serviços e utilidades	(82.725)	(101.731)
Depreciações e amortizações	(27.139)	(30.208)
Repasse corporativos intercompanhia (a)	(6.640)	(10.575)
Outros	(13.871)	(8.241)
	(257.206)	**(273.461)**
Classificado como:		
Custos dos serviços prestados	(242.319)	(253.586)
Despesas gerais e administrativas	(14.887)	(19.875)
Total	**(257.206)**	**(273.461)**

(a) Vide nota explicativa nº 14.

21. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	2025	2024
Repasse corporativos intercompanhia históricas (a)	-	(13.175)
Outras despesas	(794)	(69)
	(794)	**(13.244)**

(a) Vide nota explicativa nº 14.

22. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	2025	2024
Despesas financeiras		
Juros	(59)	(154)
Arrendamento mercantil	(9.993)	(9.145)
Variações cambiais e monetárias passivas	(55)	(18)
Variação monetária de demandas judiciais	(596)	(461)
Despesas bancárias	(433)	(982)
Pis e Cofins sobre receita financeira	(269)	(187)
Outras despesas financeiras	(1.333)	(229)
	(12.738)	**(11.176)**
Receitas financeiras		
Juros	5.044	3.028
Variações cambiais e monetárias ativas	728	154
Outras	-	1
	5.772	**3.183**
Resultado financeiro	**(6.966)**	**(7.993)**

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Ativos financeiros: A Companhia avaliou a classificação e mensuração dos ativos financeiros de acordo com o seu gerenciamento conforme abaixo: • Custo amortizado: ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, exclusivamente principal e juros. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizadas no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. • Mensurados ao valor justo por meio do resultado: a Companhia não classificou nenhum ativo financeiro como mensurado a valor justo por meio do resultado. • Mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes: a Companhia não classificou nenhum ativo financeiro como mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros incluem fornecedores, demais contas a pagar, empréstimos e financiamentos e arrendamentos a pagar. • Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são demonstrados pelo valor inicial da transação acrescidos dos juros e líquidos das amortizações e custos de transação. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros. • Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo e tanto os juros e as variações cambiais como as variações de valor justo são contabilizados no resultado. A Companhia não classificou nenhum passivo financeiro como mensurado a valor justo por meio do resultado. Os custos de transação, incorridos e diretamente atribuíveis à captação de recursos de financiamentos ou emissão de títulos de dívidas, são apropriados ao respectivo instrumento e amortizados no resultado levando em consideração o seu prazo, pelo método da taxa efetiva de juros. **Classes e categorias de instrumentos financeiros e seus valores justos:** Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Caso contrário, o valor justo foi apurado através de metodologias de cálculo comumente utilizadas para marcação a mercado, que consistem em calcular os fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, trazendo-os a valor presente pelas taxas de mercado na data-base das demonstrações financeiras. Para alguns casos, onde não há mercado ativo para o instrumento financeiro, pode-se utilizar de cotações fornecidas pelas contrapartes das operações. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. Os instrumentos financeiros são classificados de acordo com as seguintes categorias: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2 - Informações, além dos preços cotados incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, seja diretamente (preços) ou indiretamente (derivado dos preços). • Nível 3 - Premissas, para ativos ou passivos, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Os valores justos e os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros, e a hierarquia de valor justo para cada classe de instrumentos financeiros estão demonstrados a seguir:

Em 31 de dezembro de 2025	Ativo financeiro: Valor justo por meio do resultado	Ativo financeiro: Custo amortizado	Passivo financeiro: Valor justo por meio do resultado	Passivo financeiro: Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa	-	80.486	-	-
Contas a receber	-	86.488	-	-
Fornecedores	-	-	-	(25.695)
	-	**166.974**	**-**	**(25.695)**

Em 31 de dezembro de 2024	Ativo financeiro: Valor justo por meio do resultado	Ativo financeiro: Custo amortizado	Passivo financeiro: Valor justo por meio do resultado	Passivo financeiro: Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa	-	22.886	-	-
Contas a receber	-	70.936	-	-
Fornecedores	-	-	-	(23.724)
	-	**93.822**	**-**	**(23.724)**

Estrutura do gerenciamento de risco: Alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas da Companhia, o sistema está baseado na gestão integrada de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com uma estrutura de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração e comitês institucionais, os quais são responsáveis, dentre outras atribuições, pela supervisão da efetividade e integridade dos processos de controles internos e gestão de riscos, até as diversas áreas da Companhia na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. A Companhia possui um ambiente de controles internos desenhado para suportar a natureza, risco e complexidade de suas operações, baseado em políticas e procedimentos formalizados e divulgados a toda a organização, bem como áreas dedicadas e ferramentas específicas de monitoramento de riscos. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado dentro de um processo apoiado nas estruturas de Controles Internos e Compliance (no que tange a regulamentos normas e políticas internas) que proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que possam comprometer a correta identificação e mensuração dos riscos. A partir da identificação, avaliação e monitoramento dos principais riscos são elaborados planos de ação específicos, garantindo que melhorias sejam implementadas. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos exóticos ou especulativos. **Riscos de mercado:** Trata de riscos relacionados a ativos e passivos cujos fluxos de caixa ou valores presentes estejam expostos a: **Risco de mercado de juros:** Risco da flutuação da taxa de juros que incorrerá em aumento da despesa ou diminuição da receita financeira. Juros prefixados mantidos até o vencimento, permitem a certeza dos fluxos de caixa. Juros pós-fixados trazem volatilidade ao desembolso futuro de juros. A principal ferramenta para controle do risco relacionado à taxa de juros será a posição diária da tesouraria, a qual se baseará em relatórios providos pela B3 para controle das taxas de juros envolvidas em nossas operações. Toda operação financeira é submetida ao Comitê Executivo da Companhia e posteriormente para validação pelo Conselho de Administração e/ou seus órgãos consultivos auxiliares, do Grupo DASA. No caso da exposição cambial e exposição de juros, as diretrizes são definidas pelo Conselho de Administração e operacionalizadas pelo departamento da Tesouraria, visto depender de variáveis componentes do cenário econômico. O departamento de Tesouraria fornece mensalmente ao Comitê Executivo uma posição atualizada da exposição da Companhia aos riscos de mercado, mediante apresentação de relatórios, documentos e contratos, que permite a verificação do cumprimento da Política. Além disso, para os riscos de mercado aos quais a Companhia estiver exposto, é obrigatória a elaboração mensal por parte do departamento de Tesouraria de análise de sensibilidade (stress test), às taxas de 25% e 50% de variação em relação às taxas originais, de forma a se avaliar a elasticidade destas posições quando submetidas a grandes variações nas taxas envolvidas nestas transações e seu impacto nos resultados e nas posições de caixa da Companhia. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de um evento não previsível ocorrer ou erro no cálculo da necessidade de liquidez que irá impactar nas decisões de investimento ou no dia-dia da Companhia. A Companhia gerencia o seu risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e pela combinação dos perfis de vencimentos dos ativos e passivos financeiros, seguindo o seguinte direcionamento: **a) Gerenciamento de caixa de curto prazo** - Gerenciamento dos ativos líquidos e linhas de crédito para cobrir necessidades imediatas. Periodicidade: Diária. Prazo: D+1 (em dias úteis); **b) Gerenciamento de caixa de longo prazo** - Processo contínuo para garantir recursos de longo prazo, por meio da análise do orçamento de caixa em base mensal, atualizando as premissas orçadas de acordo com as necessidades do negócio, e comparação entre realizado versus orçado. Periodicidade: Mensal. Prazo: 5º dia útil do mês subsequente ao da data base do relatório; **c) Manutenção de um caixa mínimo** - Refere-se ao saldo de caixa que a Companhia repõe em curtíssimo prazo de tempo para suprir suas necessidades urgentes. Além disso, adota-se como critério que o caixa tem que ter recursos suficientes para cobrir os cinco piores fluxos diários de um mês, sem considerar recebimento; **d) Limites de exposição e mitigadores de riscos** - A área de tesouraria mantém em linhas de curto prazo entre aplicações de caixa com liquidez imediata e linhas de capital de giro, o volume suficiente para garantir pelo menos o montante igual aos cinco maiores dias consecutivos de saída de caixa dos últimos 12 meses. Para linhas de médio prazo e longo prazo, a tesouraria mantém linhas de crédito compatíveis com o planejamento estratégico da Companhia sempre com objetivo de garantir a disponibilidade de recursos para suprir o fluxo de caixa previsto. **Risco de crédito:** Trata-se do risco de perda resultante da incapacidade da contraparte em cumprir com suas obrigações contratuais de pagamento a Companhia, conforme assumido em contrato. O principal mitigador deste risco se dará por meio do processo de análise de crédito, e a mensuração deste risco ao longo do tempo se baseará, principalmente, na apuração das perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa e perdas esperadas de contraprestação variável (glosa). A Companhia está subordinado à política de crédito fixada por sua Administração e visa minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência por glosas dos convênios. A Companhia possui ainda, a provisão para perda esperada para créditos de liquidação duvidosa por inadimplência, glosas e cheques devolvidos. **Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais. A Companhia pode alterar sua estrutura de capital, conforme condições econômico-financeiras, estratégicas ou operacionais, visando aperfeiçoar a gestão da dívida. Ao mesmo tempo, a Companhia procura melhorar seu retorno sobre o capital investido (ROIC) por meio da implementação de uma gestão de capital de giro e de um programa eficiente de investimentos. **Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras Companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. **Riscos climáticos:** O risco climático é um risco transversal que pode ser um agravante para os tipos de riscos tradicionais que gerenciamos no curso normal dos negócios, incluindo, sem limitação, os riscos descritos anteriormente. Nossos negócios, operações e resultados podem ser afetados por riscos, tais como, mas não limitados a: (i) escassez de insumos e matérias-primas pode causar aumento de custos, aumento dos gastos com pesquisa e desenvolvimento e restrições ou mudanças nas atividades de produção; (ii) gastos com a transição para tecnologias mais sustentáveis devido às mudanças nas necessidades de tecnologia para novos desenvolvimentos de serviços ou adaptação de serviços existentes; (iii) regulamentos associados à precificação de carbono e padrões de emissão de gases de efeito estufa podem causar restrições e aumento do custo dos serviços; (iv) aumento do preço dos serviços e/ou redução da margem de lucro; (v) aumento dos custos associados às adequações na produção em decorrência de restrições na legislação sobre o uso dos recursos hídricos; (vi) dificuldades de acesso aos ativos ou escassez de matérias-primas; (vii) perda de receita em função da retirada de serviços menos sustentáveis do portfólio; e (viii) redução da demanda por serviços devido a mudanças nas preferências dos clientes. A Administração não identificou nenhum impacto contábil neste momento e nenhuma divulgação adicional.

24. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Companhia adota política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2025 o total de cobertura de seguros era de R$ 37.664, sendo R$ 1.000 para lucros cessantes, danos materiais, e R$ 233 para processos fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis, entre outros.

Diretoria

Roberto Caldeira Cury - Diretor Presidente
Rafael Bossolani - Diretor Financeiro
Sauro Bagnaresi Neto - Gerente Sênior de Controladoria - CRC 1SP290296/O-4

Relatório do auditor ind ependente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas - **Delboni Medicina Diagnóstica S.A.**

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Delboni Medicina Diagnóstica S.A. ("Companhia" e "Deboni"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Diretória e da governança pelas demonstrações financeiras: A Diretória da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretória é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretória pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria d**as demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional emantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretória. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretória, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 29 de abril de 2026

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP027083/F-3
Jefferson Alves da Silva - Contador - CRC CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by
Diario de Noticias
Assinado por: AMS EDITORA LTDA:00559976000107
CPF: 95190953815
Papel: Márcio Antonio Lopes da Costa
Data/Hora da Assinatura: 30/04/2026 21:35:21 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
F30028BECACE477...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://publilegal.diariodenoticias.com.br/